

(Em euros)

	2005	2004
(B)	6 176 093,01	5 244 248,68
Rendimentos de participações de capital	—	—
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras	—	—
Outros juros e proveitos similares	2 810,38	2 248,47
(D)	6 178 903,39	5 246 497,15
Proveitos e ganhos extraordinários	332 277,78	249 510,67
(F)	6 511 181,17	5 496 007,82
Resumo:		
Resultados operacionais: (B)-(A) =	— 281 937,64	— 175 998,51
Resultados financeiros: (D)-(B)-(C-A) =	— 31 657,26	— 19 259,78
Resultados correntes: (D)-(C) =	— 313 594,90	— 195 258,29
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =	2 781,82	12 347,53
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =	— 7 943,75	7 905,74

O Conselho de Administração: *José Guilherme Aguiar*, presidente — *Nelson Cardoso*, administrador — *Mário Dorminsky*, administrador. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

1 — Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Gaianima — Equipamentos Municipais, E. M., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, os quais são da responsabilidade da administração.

2 — Acompanhámos regularmente a gestão da empresa, através de reuniões com a administração, tendo sido prestados todos os esclarecimentos necessários ao desempenho das nossas funções.

3 — Procedemos à análise da informação contabilística produzida, tendo sido efectuados os procedimentos e verificações adequados.

4 — Nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, elaboramos o parecer sobre a informação financeira semestral, reportada a 30 de Junho de 2005 e emitimos parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, relativos ao ano de 2006, elaborados pela administração.

5 — Emitimos nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, o relatório anual sobre a fiscalização efectuada e a certificação legal das contas, que para todos os efeitos fazem parte integrante deste relatório.

6 — Apreciamos os documentos de prestação de contas apresentados pela administração, estando os mesmos em conformidade com a lei e os estatutos, sendo nossa convicção que representam de forma verdadeira e adequada a situação financeira e patrimonial da sociedade, em 31 de Dezembro de 2005.

7 — Nestes termos, damos o nosso parecer, no sentido de que:

1.º Sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela administração;

3.º Seja apreciada a administração e fiscalização da sociedade.

Vila Nova de Gaia, 28 de Março de 2006. — Henrique, Duarte e Gonçalves, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Henrique Poças de Almeida*, revisor oficial de contas.

3000217483

EMARVR — EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E RESÍDUOS DE VILA REAL, E. M.

Sede: Avenida Rainha Santa Isabel, 1 — 5000-434 Vila Real.

Capital social: 20 495 695,82 euros.

Pessoa colectiva n.º 506516725.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real sob o n.º 16 de 8 de Junho de 2004.

Relatório e contas de 2005

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 30.º dos estatutos da EMARVR — Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real, E. M., a seguir se publica o relatório anual do conselho de administração, o balanço e a demonstração de resultados, relativos à prestação de contas do exercício de 2005, aprovados por deliberação do conselho de administração de 17 de Março de 2006 e por deliberação da Câmara Municipal de Vila Real, em sua reunião de 7 de Junho de 2006.

Relatório conselho de administração

A EMARVR, E. M. — Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real criada no âmbito da Lei n.º 58/98, tem como missão assegurar o abastecimento de água em qualidade e quantidade às populações residentes no concelho de Vila Real, drenar e tratar convenientemente as suas águas residuais, proceder à recolha, separação e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e drenar as águas pluviais.

Portugal viveu em 2005 um ano marcado pela falta de pluviosidade. Durante o verão, cerca de 30% do país viveu em seca severa e os restantes 70% em seca extrema. Esta situação originou baixos níveis de armazenamento das albufeiras, ruptura de aquíferos e até mesmo as reservas subterrâneas diminuíram. Para agravar a situação, as elevadas temperaturas sentidas originaram muitos incêndios cujo combate implicou o consumo de grandes quantidades de água. Estas condições levantaram vários problemas às entidades responsáveis pelo abastecimento público de água nas quais nos incluímos.

Perante esta situação a EMAR desenvolveu esforços no sentido de minimizar o impacto sentido pelas populações do concelho de Vila Real. Destes esforços salientam-se o abastecimento de alguns depósitos por autotanques, a diminuição de água perdida em fugas e a sensibilização das populações para a necessidade de poupar água.

O número de clientes continuou a aumentar, atingindo-se no final de 2005 perto de 26 500, no entanto, este aumento não se reflectiu no consumo facturado. Devido fundamentalmente à campanha de sensibilização já referida, o consumo diminuiu ligeiramente, particularmente o terceiro escalão dos consumos domésticos.

Embora o ano de 2005 tenha sido particularmente difícil, a EMAR não se desviou do seu rumo, prosseguindo o esforço iniciado pelos antigos SMAS no sentido de atingir rapidamente a cobertura prevista no que diz respeito à drenagem de águas residuais e melhorar continuamente o serviço prestado no abastecimento de água e recolha de resíduos sólidos urbanos.

Foram investidos 299 092,46 euros no sector da água. Este montante foi aplicado na remodelação da ETA do Alvão, construção dos depósitos de Vila Seca e das Muas — Vila Marim, remodelação das redes de distribuição de água e participação de investimentos realizados pelas juntas de freguesia na área do saneamento básico.

No passado ano decorreram em simultâneo várias obras, destacando-se as referentes à drenagem de esgotos dos grandes aglomerados do Douro e da Freguesia de Borbela. Os investimentos realizados neste sector foram de 2 127 955,94 euros, repartidos por projectos, redes de drenagem e construção de ETARs. Encontra-se assim praticamente

concluído o sub-plano de drenagem de esgotos das freguesias periurbanas e em fase adiantada o dos grandes aglomerados do Douro.

No sector da recolha e tratamento de resíduos sólidos é de referir o concurso internacional destinado a escolher a empresa que nos próximos anos ficará responsável pela recolha e transporte dos resíduos produzidos pelos habitantes do concelho de Vila Real.

Na sequência deste concurso, entraram em funcionamento novos equipamentos que possibilitaram uma recolha mais cómoda para populações e trabalhadores, mais amiga do ambiente e permitiram ainda o alargamento da limpeza de ruas e passeios aos bairros periféricos da cidade.

Continuamos com a recolha selectiva apresentando já este ano resultados muito animadores para o nosso concelho com cerca de 5% do total de resíduos a entrar no processo de reciclagem.

Das actividades a que a EMAR se dedica, duas são deficitárias pela sua própria natureza, uma vez que para cobrir os custos que lhe estão inerentes seria necessário cobrar tarifas bastante superiores àquelas que se encontram em vigor, pondo em causa a acessibilidade de algumas famílias a estes serviços, a drenagem de águas pluviais e a recolha de resíduos sólidos urbanos.

Desta forma, e tal como estava já previsto no plano de negócios elaborado aquando da criação desta Empresa os resultados de 2005 são negativos. O resultado líquido foi de 1 713 627,24 euros negativos.

Os custos totais aumentaram cerca de 17,39% relativamente ao ano anterior, devido principalmente ao aumento do custo com a aquisição de água (44,49%).

A redução ocorrida no consumo reflectiu-se nos proveitos cuja diminuição relativamente ao ano de 2004 foi de 11,29%, cifrando-se nos 5 669 433,42 euros.

A redução dos proveitos deveu-se principalmente às diminuições sentidas nos proveitos extraordinários e nos suplementares e ao aumento das devoluções de vendas de água.

O facto de a Empresa ainda estar em expansão, com um elevado montante de investimento em immobilizações, origina indicadores de liquidez baixos.

No entanto, a solvabilidade e sustentabilidade não estão em causa como o provam os valores obtidos nos indicadores de solvabilidade e de endividamento.

Em 2005 a EMAR apresentou um valor acrescentado positivo. Este valor deve-se fundamentalmente ao sector da água, uma vez que os restantes sectores apresentam resultados negativos.

A Empresa encontra-se assim com a estabilidade financeira necessária para responder positivamente aos novos desafios com que se depara e cumprir os objectivos a que se propõe.

Aguardamos da Câmara Municipal a transferência das verbas constantes do seu plano e orçamento para fazer face aos défices verificados nas actividades atrás mencionadas.

Resta ao conselho de administração expressar o seu agradecimento às entidades que lhe deram o seu apoio e colaboração na actividade desenvolvida, salientando entre outras:

Os trabalhadores da Empresa, pelo seu esforço, dedicação e capacidade profissional demonstradas no desempenho das suas funções;

Os presidentes de Junta de Freguesia pela colaboração na procura de soluções para a resolução dos problemas das populações;

O fiscal único pelo sentido de exigência que sempre manifestou na sua relevante e participativa intervenção;

Todos os vila-realenses pela sua compreensão face aos incómodos provocados pelas múltiplas frentes de obra em curso, da nossa responsabilidade e pela sua adesão às iniciativas da EMAR-VR.

Vila Real, 17 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
Miguel de Matos Esteves, presidente.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Proposta de aplicação dos resultados

O conselho de administração propõe, nos termos da alínea g) do artigo 30.º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para os resultados do exercício de 2005, no montante de (1 713 627,24) euros:

a) Resultados transitados — (1 713 627,24) euros.

Vila Real, 17 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
Miguel de Matos Esteves, presidente.

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

Código das contas		ACTIVO			(Em euros)	
		2005		2004		
CEE (a)	POC	Activo bruto	Amortizações/ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido	
C		Imobilizado:				
I	43+441/6+449	Imobiliz. incorpóreas	—	—	—	—
II	42+441/6+448	Imobiliz. corpóreas	29 290 896,49	2 108 031,75	27 182 864,74	25 090 228,49
III	41+441/6+447	Investim. financeiros	—	—	—	—
			<u>29 290 896,49</u>	<u>2 108 031,75</u>	<u>27 182 864,74</u>	<u>25 090 228,49</u>
D		Circulante:				
I	32 a 37	Existências	123 595,41	—	123 595,41	116 375,35
II	21/2+24/5/6	Dividas de terceiros:				
		Médio e longo prazo	—	—	—	—
		Curto prazo	1 142 677,81	132 193,13	1 010 484,68	629 730,00
III	15+18	Títulos negociáveis	—	—	—	—
IV	11 a 14	Depós. bancários e caixa	37 540,97	—	37 540,97	17 999,57
E	27	Acréscimos e diferimentos	<u>848 484,79</u>	—	<u>848 484,79</u>	<u>842 068,08</u>
		<i>Total do activo</i>	<u>31 443 195,47</u>	<u>2 240 224,88</u>	<u>29 202 970,59</u>	<u>26 696 401,49</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005		2004	
CEE (a)	POC				
A		Capital próprio:			
I	51	Capital	20 495 695,82	20 495 695,82	
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—	
III	56	Reservas de reavaliação	—	—	

Código das contas			(Em euros)	
CEE (a)	POC		2005	2004
IV	571	Reservas legais	5 081,59	—
	52/3+55+572/9	Restantes reservas e outros capitais próprios	96 550,17	—
V	59	Resultados transitados	—	—
		<i>Subtotal</i>	20 597 327,58	20 495 695,82
IV	88	Resultado líquido do exercício	(1 713 627,24)	101 631,76
	89	Dividendos antecipados	—	—
		<i>Total do capital próprio</i>	18 883 700 34	20 597 327 58
Passivo:				
B	29	Provisões	—	—
C	21/2/3/4/5/6	Dívidas a terceiros:		
		Médio e longo prazo	1 006 697,62	569 494,40
		Curto prazo	5 594 434,42	1 610 589,97
D	27	Acréscimos e diferimentos	3 718 138,21	3 918 989,54
		<i>Total do passivo</i>	10 319 270,25	6 099 073,91
		<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	29 202 970,59	26 696 401,49

O Conselho de Administração: Miguel de Matos Esteves, presidente. — O Técnico Oficial de Contas, Armanda Paula Fernandes Rodrigues Chaves.

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

Código das contas			(Em euros)	
CEE	POC		1994	1993
A) Custos e perdas				
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
		Mercadorias	1 049 836,19	726 601,84
		Matérias	77 208,49	82 960,33
			1 127 044,68	809 562,17
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	3 077 536,37	2 256 890,66
3		Custos com o pessoal:		
3.a)	641/2	Remunerações	1 640 172,87	1 532 239,82
3.b)		Encargos sociais:		
	643/4	Pensões	11 617,44	10 047,19
	645/8	Outros	201 744,78	185 893,25
			1 853 535,09	1 728 180,26
4.a)	662/3	Amortiz. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	1 067 490,57	1 040 541,18
4.b)	666/7	Ajustamentos	41 279,96	90 913,17
5	67	Provisões	—	—
			1 108 770,53	1 131 454,35
5	63	Impostos	146 045,51	75 890,62
5	65	Outros custos perdas operacionais	1 475,00	1 424,16
			147 520,51	77 314,78
		(A)	7 314 407,18	6 003 402,22
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	—	—
6	683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	—	—
7	681+685+686/7/8	Juros e custos similares:		
		Relativos a empresas do grupo	—	—
		Outros	60 644,03	32 486,45
			60 644,03	32 486,45
10	69	(C) Custos e perdas correntes	7 375 051,21	6 035 888,67
		Custos e perdas extraordinários	6 576,12	223 058,28

(Em euros)

Código das contas			1994	1993
CEE	POC			
8+11	86	(E) Custos e perdas do exercício Impostos sobre o rendimento do exercício	7 381 627,33 1 433,33	6 258 946,95 30 184,96
13	88	(G) Custos totais Resultado líquido do exercício	7 383 060 66 - 1 713 627,24	6 289 131 91 101 631,76
			5 669 433,42	6 390 763 67

CRÉDITO

Código das contas			1994	1993
CEE	POC			
B) Proveitos e ganhos				
1	71	Vendas:		
		Mercadorias	—	—
		Produtos	1 993 029,89	2 078 096,15
1	72	Prestação de serviços	3 399 376,94	5 392 406,83
2		Variação de produção	- 1 107,12	- 19 810,68
3	75	Trabalhos para a própria empresa	35 579,06	43 146,63
4	73	Proveitos suplementares	21 691,02	108 247,92
4	74	Subsídios à exploração	15 434,77	8 938,23
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—
4	77	Reversões de amortiz. e ajustamentos	—	71 597,73
			5 464 004,56	5 504 394,26
5	782	(B) Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—
6	7812+7815+ 7816+783	Rendimentos de títulos negoc. e de outras aplicações financeiras:		
		Relativos a empresas do grupo	—	—
		Outros	—	—
7	7811+7813/4+ 7818+785/8	Outros juros e proveitos similares:		
		Relativos a empresas do grupo	—	—
		Outros	17 444,72	17 444,72
			22 063,47	22 063,47
9	79	(D) Prov. e ganhos correntes Proveitos e ganhos extraordinários	187 984,14	5 481 449,28
			864 305,94	5 526 457,73
			—	—
			187 984,14	864 305,94
			5 669 433,42	6 390 763,67

Resumo:

Resultados operacionais (B)-(A) =	- 1 850 402,62	- 499 007,96
Resultados financeiros (D)-(C) =	- 43 199,31	- 10 422,98
Resultados correntes (B + D)-(A + C) =	- 1 893 601,93	- 509 430,94
Resultados antes de impostos (B + D + F) - (A + C + E) =	- 1 712 193,91	131 816,72
Resultado líquido do exercício (B + D + F) - (A + C + E + G) =	- 1 713 627,24	101 631,76

O Conselho de Administração: Miguel de Matos Esteves, presidente. — O Técnico Oficial de Contas, Armanda Paula Fernandes Rodrigues Chaves.

1000305254